



**CONVÊNIO DE CONCESSÃO DE
ESTÁGIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
BAHIA E A UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA - UNEB.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, CAB, doravante denominado **MINISTÉRIO PÚBLICO**, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça Adjunto, WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA, nos termos da Lei Complementar nº. 11, de 18 de janeiro de 1996, e a **UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**, inscrita no CNPJ nº 14.485.841/0001-40, com sede na Rua Silveira Martins, nº 2.555, Bairro Cabula, em Salvador, Estado da Bahia, doravante denominada **UNEB**, neste ato representada por seu Magnífico Reitor, Prof. JOSÉ BITES DE CARVALHO, RESOLVEM celebrar este instrumento jurídico em consonância com o disposto na Lei Federal nº 11.788, de 25/09/2008, sob as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente convênio tem por finalidade possibilitar a participação de alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos ofertados pela **UNEB**, no processo seletivo para o “Programa de Estágio” do **MINISTÉRIO PÚBLICO**.

1.2. A realização de estágio não acarretará qualquer vínculo de natureza trabalhista/empregatícia com o **MINISTÉRIO PÚBLICO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

2.1. A realização do estágio dependerá de prévia formalização, em cada caso, do termo de compromisso, celebrado entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO**, o aluno estagiário e a Instituição de Ensino.

2.2. Os termos de compromisso de estágio integrarão este convênio independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUPORTE FINANCEIRO

3.1. As partes arcarão com suas despesas de acordo com sua previsão orçamentária.

3.2. O **MINISTÉRIO PÚBLICO** concederá uma bolsa de complementação educacional ao estagiário, em valor mensal a ser fixado por ato do Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia, bem como outros direitos e vantagens previstos em normas específicas.

CLÁUSULA QUARTA – DA DURAÇÃO E DA CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO

4.1. A duração do estágio não poderá ser superior a 02 (dois) anos, ressalvado quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

4.2. A jornada do estagiário será de 20 (vinte) horas semanais, em horário estabelecido pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO**, sem prejuízo das atividades discentes do educando.

CLÁUSULA QUINTA – DO ESTÁGIO

5.1. O estágio só poderá ser realizado se obedecidas as normas regimentais da **UNEB** com relação à situação do aluno no curso, e de acordo com o seu regulamento de estágio.

5.2. Qualquer estudante regularmente matriculado nos cursos de nível superior oferecidos pela **UNEB**, inclusive no curso de Direito, poderá candidatar-se ao “Programa de Estágio” do **MINISTÉRIO PÚBLICO**, desde que haja disponibilidade de vagas;

5.3. No caso de estudantes do curso de Direito, os mesmos deverão estar devidamente matriculados em um dos 03 (três) últimos anos, ou semestres correspondentes, a fim de que possam candidatar-se à seleção promovida pelo “Programa de Estágio” do **MINISTÉRIO PÚBLICO**.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES

6.1. O **MINISTÉRIO PÚBLICO** e a **UNEB**, praticarão todos os atos necessários à efetiva execução dos estágios, ficando acordadas as seguintes obrigações:

6.1.1. DA UNEB

- a) zelar pela observância do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- b) prestar informações sobre o desempenho acadêmico do aluno estagiário quando solicitadas pela instituição concedente, bem como sobre quaisquer fatos supervenientes relacionados à vida acadêmica do aluno estagiário;
- c) informar à organização concedente sobre quais profissionais do seu quadro funcional serão responsáveis pela coordenação, orientação, acompanhamento e avaliação do aluno estagiário;
- d) efetuar os devidos registros do estágio e a expedição dos documentos necessários;
- e) comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas previstas para a realização das avaliações acadêmicas.

6.1.2. DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- a) proporcionar condições físicas e materiais necessárias ao aproveitamento do aluno nas atividades do estágio;
- b) designar profissional de seu quadro funcional, com formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- c) emitir documentos comprobatórios de realização e conclusão do estágio, indicando, resumidamente, as atividades desenvolvidas, o período de estágio e o resultado da avaliação sobre o desempenho do aluno estagiário;
- d) a emissão dos documentos mencionados na alínea “c” deverá ocorrer, também, por ocasião do desligamento do aluno estagiário;
- e) contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais.



6.1.3. DO ALUNO-ESTAGIÁRIO

- a) cumprir fielmente o plano de atividades de estágio, primando pela eficiência, exatidão e responsabilidade em sua execução;
- b) atuar com zelo e dedicação na execução de suas atribuições, de forma a evidenciar desempenho satisfatório nas avaliações periódicas a serem realizadas pelo supervisor da organização concedente que acompanha o estágio;
- c) manter postura ética e profissional com relação à organização concedente, respeitando suas normas internas, decisões administrativas e político-institucionais;
- d) respeitar, acatar e preservar as normas internas do **MINISTÉRIO PÚBLICO**, mantendo rígido sigilo sobre as informações de caráter privativo nele obtidas, abstando-se de qualquer atitude que possa prejudicar o bom nome, a imagem ou a confiança interna e pública da Instituição;
- e) manter relacionamento interpessoal e profissional de alto nível, tanto internamente, quanto com o público em geral, respeitando os valores da organização concedente e os princípios éticos da profissão;

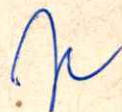
CLÁUSULA SÉTIMA – SEGURO

7.1. O MINISTÉRIO PÚBLICO providenciará seguro de acidentes pessoais em favor do aluno estagiário, no período de duração do estágio.

CLÁUSULA OITAVA – DO DESLIGAMENTO DO ESTÁGIO

8.1. O desligamento do estagiário ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- a) automaticamente, no vencimento do termo de compromisso de estágio, salvo na hipótese de sua renovação;
- b) por ausência não justificada de 8 (oito) dias consecutivos ou 15 (quinze) dias intercalados, no período de 1 (um) mês;
- c) conclusão do curso na instituição de ensino, formalizada pela colação de grau, para estudantes de nível superior, ou pela data da formatura, para estudantes de nível médio;
- d) trancamento de matrícula, desistência ou qualquer outro motivo de interrupção do curso;
- e) a pedido do estagiário, mediante comunicação prévia ao órgão ao qual estiver vinculado e ao CEAF;
- f) desempenho insatisfatório;
- g) descumprimento do que se convencionou no termo de compromisso de estágio;
- h) reprovação em mais de uma disciplina do currículo pleno em que se encontrava matriculado no semestre anterior, ou sua reprovação no último período escolar cursado;
- i) conduta pessoal reprovável;
- j) na hipótese de troca e ou transferência de instituição de ensino ou curso;



k) por interesse e conveniência do Ministério Público;

8.2. Entende-se por interrupção das disciplinas do curso a que se refere a alínea "d" supra, qualquer ato ou fato de iniciativa do estudante, da **UNEB**, ou mesmo decorrente de *factum principis*, que implique em solução de continuidade do curso.

CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA

9.1. Este convênio terá um prazo de vigência de 05 (cinco) anos, contados a partir da data das assinaturas das partes convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DENÚNCIA / RESCISÃO

10.1. Este convênio poderá ser, a qualquer tempo e por iniciativa de uma das partes convenientes, denunciado ou rescindido, em virtude do descumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, tornando-se obrigatória, em ambos os casos, a prévia notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ADITAMENTO

11.1. O presente convênio poderá ser alterado, a qualquer tempo, mediante Termo Aditivo elaborado de comum acordo entre as partes convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

12.1. O **MINISTÉRIO PÚBLICO** será responsável pela publicação do extrato deste instrumento no Diário de Justiça Eletrônico.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Salvador, com a renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias e dúvidas que venham a surgir no cumprimento deste instrumento e dos termos aditivos dele decorrentes.

E, por estarem justas e acordadas as cláusulas e condições, firmam os signatários o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas subscritas, para que produza seus efeitos legais.

Geder Luiz Rocha Gomes
Procurador-Geral de Justiça Adjunto
para Assuntos Jurídicos

Salvador/BA, 19 de outubro de 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA
Procurador Geral de Justiça Adjunto

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA –
UNEB**
JOSÉ BITES DE CARVALHO
Reitor

TESTEMUNHAS:

ASSINATURA:
NOME:
CPF:

ASSINATURA:
NOME:
CPF:

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

GABINETE

RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/2011 - SUP

Processo Aditivo nº. 003.0.180272/2014.

Parecer Jurídico nº. 782/2014.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e LG Informática S.A, CNPJ 01.468.594/0001-22.

Objeto contratual: Cessão de direito de uso de software (upgrade), atualização e suporte de software, gerenciamento de projeto e serviços complementares de instalação dos sistemas, consultoria e auxílio à implantação, customização, treinamento e migração de dados.

Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, com início em 25/10/2014 e término em 24/10/2015.

Dotação orçamentária: Unidade Gestora 40.101.0021 - Ação 2002 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza da Despesa 33.90.39.

Forma de pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente da Contratada.

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Processo: 003.0.166422/2014.

Parecer jurídico: 673/2014.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Morro de Chapéu-BA.

Objeto do Termo de Cooperação: Estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa, entre os convenientes, para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Morro de Chapéu.

Objeto do aditivo: O Termo de Cooperação terá sua vigência prorrogada por mais 02 (dois) anos.

RESUMO DE CONVÊNIO DE CONCESSÃO DE ESTÁGIO

Processo: 003.0.206503/2014.

Parecer Jurídico: 823/2014

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e a Universidade do Estado da Bahia.

Objeto: Possibilitar a participação de alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos ofertados pela UNEB, no processo seletivo para o "Programa de Estágio" do Ministério Público.

Vigência: 05 (cinco) anos, contados a partir da data das assinaturas das partes convenientes.

RESUMO DE TERMO DE DOAÇÃO

Processo: 003.0.193627/2014.

Doador: Edmundo Reis Silva..

Donatário: Ministério Público do Estado da Bahia.

Objeto de doação: Bem artístico com título de "Escrava Anastácia, a Guerreira da Liberdade".

RESUMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 65/2013/AD, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2013/PROAD, DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a Ziva Tecnologia e Soluções Ltda.

Objeto: Aquisição de 02 (duas) soluções de segurança para rede do Ministério Público do Estado da Bahia (Equipamento de UTM - Amplice UTM Central com fonte redundante + módulos transceiver + instalação de solução + suporte técnico e a software durante 01 e todas as assinaturas relevantes, incluindo atendimento 8x5XNBD).

Valor: R\$ 163.120,00 (cento e sessenta e três mil e cento e vinte reais).

Dotação: Projeto 3027, Elemento Despesa: 44.90.52, Fonte 113, UG: 40.101.0021.

Base Legal: arts. 31, II e 33, Lei Estadual n. 9.433/05 e art. 22, Decreto nº 7.892/2013. Parecer nº 834/2014.

OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO BAHIA

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção do Estado da Bahia

Edital nº 43/14 - CJ

Convocação Sessão Ordinária

Ficam convocados os Senhores Conselheiros integrantes da TERCEIRA CÂMARA JULGADORA, as partes e seus respectivos advogados, para comparecerem à décima sexta Sessão Ordinária, que será realizada no próximo dia 20 de novembro de 2014 (quinta-feira), às 14h, na sede da Seccional, para julgamento dos recursos constante da seguinte PAUTA: 01. Processo nº 5728/02- Interessados: J.A.G. Adv: Janete de Araújo Góes (OAB-BA 9425), REL: CONS. DOMINGOS ARJONES ABRIL NETO; 02. Processo nº 14.163/08- Interessados: M.C.M. (OAB-BA 6547), Adv: Marcelo de Carvalho Monteiro, Valmir de Souza Ferreira, REL: CONSA. THAIS BANDEIRA DE OLIVEIRA PASSOS; 03. Processo nº 4379/06- Interessados: B.D.M. (OAB-BA 8892), Patrono: Dr. Gilmar Eloi Dourado, Marcos Medeiros, REL: CONS. AUGUSTO SERGIO DOS S. SÃO BERNARDO; 04. Processo nº 9140/06- Interessados: A.V.S. (OAB-BA 9869), Adv: Aluizio Valerio da Silva, Maria da Cruz Santos, REL: CONS. SOCRATES PIRES DOURADO; 05. Processo nº 18.240/04- Interessados: N.F.A. (OAB-BA 6160), Patronos: Dr.